

## **Aprendizes da Marinha: Educação para o trabalho em Mato Grosso (1857-1878)**

Liana Deise da Silva

### Resumo

O presente estudo teve início com a realização de uma pesquisa no Arquivo Público de Mato Grosso, sobre a *infância pobre em Mato Grosso na Segunda metade do Século XIX*. O trabalho iniciou-se com o levantamento e análise preliminar de fontes primárias sobre a infância. A partir das leituras e registros de correspondências oficiais do governo à Santa Casa de misericórdia e relatórios de Presidentes de Província, foi observado a existência de grande quantidade de documentos sobre os Menores do Arsenal da Marinha. Decidiu-se então privilegiar o estudo desta Instituição e dos meninos que ali recebiam instrução fundamental e aprendiam um ofício. Busca-se compreender as relações de contradições existente entre a população livre e pobre em relação a esta Instituição Militar, uma vez que esta poderia ser a única opção para meninos pobres de obterem o aprendizado de um ofício e o ensino primário.

Palavras Chave: Educação e trabalho, infância, Aprendizes Marinheiros.

A utilização de menores pela marinha de acordo com Venâncio (1988) inicia-se com a expansão marítima comercial europeia, que para realização do comércio teve que ampliar as embarcações e, portanto, o número de tripulantes.

A ampliação das embarcações as tornava lentas e para melhorar o seu funcionamento era preciso aprimorar os sistemas de velas que garantissem maior velocidade na navegação. Para manejar essas velas era necessário um número maior de pessoas para realizarem o trabalho, o que causou problemas com o abastecimento da tripulação. Diante de tal situação passou-se a valorizar o trabalho de crianças, pois estas eram capazes de realizar várias atividades e consumiam menos alimentos, com relação aos adultos que desempenhavam as mesmas atividades.

Essas crianças subiam a bordo na condição de Grumetes e Pagens, e apesar de serem conhecidos os perigos da vida no mar, não se hesitava em colocar crianças para realizar trabalhos arriscados, estas recebiam o mesmo tratamento que de um adulto, tinham que conviver com bebedeiras, brigas [...] eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos[...] (RAMOS, 1999 p. 19).

No Brasil, a utilização de menores em estaleiros é conhecida desde o período colonial e, segundo Venâncio e Ramos não se diferencia muito do período da expansão marítima europeia, principalmente nos primeiros anos da colonização. Dava-se preferência a meninos órfãos, desvalidos e aos expostos.

A regência, em nome do imperador o Senhor D. Pedro II, houve por bem sancionar e mandar que se execute a seguinte resolução da Assembleia Legislativa [...] Art.1º que no Arsenal da Marinha desta cidade se conservem constantemente cinquenta aprendizes livres [...] Art.2º que sejam preferidos para a competente admissão àqueles mancebos que tiverem saído do colégio dos órfãos, os expostos e os que souberem ler, escrever e contar. (SUCKOW, 1986 p.111)

Venâncio(1999) discute também a situação das Companhias de Aprendizes na época Imperial. De acordo com o autor a criação das Companhias no Brasil representa a definição de um espaço inteiramente público para o acolhimento dos menores que não pudessem permanecer só a custódia dos hospitais ou de responsáveis.

No Brasil as Companhias de aprendizes não seguiram o modelo europeu de recrutamento dos menores. Este dependia quase que exclusivamente das Casas dos Expostos. Já no Brasil em função das precárias condições de saúde que estas crianças apresentavam e a impossibilidade de sua recuperação nas Companhias, elas foram parcialmente substituídas “pela possibilidade do recrutamento de crianças carentes enviadas pelos pais ou tutores e aquelas presas por vadiagem”. (VENÂNCIO 1999, p.198).

Para esse recrutamento era ainda oferecido aos pais um prêmio de “cem mil reis” para que matriculassem seus filhos como voluntários. Dessa maneira alguns pais forros ou negros viam nas Companhias uma das poucas possibilidades de ascensão social e aprendizado destinado a infância pobre. (VENANCIO 1999, p.201).

Apesar de ser conhecida a utilização de menores em estaleiros da marinha desde o período colonial, somente em 1857 as Companhias de Aprendizes marinheiros foram regulamentadas. Em Mato Grosso a Companhia foi criada pelo Decreto de 7 de outubro de 1857 e vinha ao encontro às necessidades de defesa de uma área de fronteira, o que justifica sua presença em Mato Grosso.

A preocupação com a fronteira é evidenciada em documentos oficiais do ministério dos negócios da Marinha, em que é mostrada a necessidade de se criar um Arsenal de marinha em algum ponto do Rio Paraguai, “com fim de defesa do Forte Coimbra, da navegação do litoral do Paraguai dentro de nossos limites”. (Aviso Imperial, 1957).

Segundo Luíza Volpato:

O viver em Cuiabá era marcado pela condição de fronteira, esta condição havia sido maior durante o período colonial, quando as fronteiras políticas não estavam ainda definidas e refluindo a partir da segunda década do século XIX,

época em que todo o Brasil como as colônias espanholas na América do Sul viram-se envolvidas em respectivos processos de independência [...] enquanto possuidor de 300 léguas de linha limítrofe, Mato Grosso se via como região mais vulnerável do Império, sujeita a qualquer momento a uma tentativa de invasão, temida principalmente na região do baixo Paraguai. (VOLPATO, 1993 p. 38).

Com a revolução industrial profundas mudanças ocorreram na sociedade, transformando não só as relações de trabalho como a vidas das pessoas, dando ao capitalismo condições para que ele se transformasse em uma economia mundial.

Imbuídos pelo discurso capitalista em que o espaço privilegiado era a cidade ordenada e higienizada, as autoridades mato-grossenses buscavam uma sociedade de progresso e civilizada, dessa forma tentavam aplicar modelos implantados nas regiões do centro-sul do país.

Nesse contexto a Companhia de Aprendizes foi uma das alternativas criadas na tentativa de regeneração pelo trabalho, devido à preocupação com os órfãos e pobres que poderiam tornar-se mais tarde ociosos ou até se entregarem aos caminhos dos crimes.

A Companhia de Aprendizes Marinheiro de Cuiabá teve como função educar, disciplinar e preparar para o trabalho os meninos pobres visando torná-los futuramente trabalhadores disciplinados e úteis à sociedade.

Compreender o funcionamento desta Instituição militar, justifica-se por ser uma experiência impar na província de Mato Grosso em um período em que ainda “predominam as relações escravistas de trabalho, uma estrutura social desigual e, conseqüentemente oportunidades educacionais extremamente escassas”. (Crudo, 2005).

Ademais, o passado de uma instituição merece ser recuperado, pois nela estão depositados os sinais e marcas de sua trajetória e porque sua memória é capaz de abarcar as múltiplas representações vivenciadas pelos grupos que dela fizeram parte.

Magalhães (2004, p. 124) considera que as instituições educativas são organismos vivos e dinâmicos por construírem sua história a partir das relações travadas entre todos os elementos que as constituem e entre estes e a realidade na qual elas se inserem.

A Companhia de Aprendizes de Marinheiro em Cuiabá funcionou junto ao Arsenal da Marinha na região do Porto, em 1865, com a enchente do rio Cuiabá o prédio onde funcionava todo o quartel do Corpo de Imperiais Marinheiros, do qual fazia parte a Companhia de Aprendizes Marinheiro desabou. Os menores foram abrigados

numa casa que pertencia a Antônio de Cerqueira Caldas que se localizava próxima ao Porto.

No ano de 1878 a Companhia de Aprendizes Marinheiros foi transferida para a cidade de Ladário ficando assim mais próxima da sede que era em Corumbá e dessa forma contribuindo para o cumprimento da lei n. ° 2792, artigo 5º parágrafo 3º que determinava, que o comando das Companhias fosse exercido pelos Capitães dos Portos.

Com a função de disciplinar e preparar para o trabalho os meninos pobres, a aprendizagem recebida pelos menores ocorria através de processo imitativo, onde se aprendia imitando, não havia nenhuma instrução teórica, dava-se aos menores apenas o conhecimento prático.

Para serem admitidos na Companhia de Aprendizes Marinheiros os menores deveriam enquadrar-se no regulamento.

“Art 4º - Para ser admitido na Companhia é necessário:  
§ 1º - ser cidadão brasileiro  
§ 2º - ter idade entre 7 a 12 anos  
§ 3º - ser de constituição robusta”. (FONSECA 1986 P. 194)

Era também necessário que o pai, tutor ou quem fosse responsável, assinasse um termo de compromisso, obrigando o menor a cumprir o regulamento, sob pena de ser despedido no caso de recusa do mesmo. Os menores receberiam também educação moral, religiosa e artística e vencimento de cem réis diários, segundo o adiantamento que obtivessem se elevaria progressivamente a trezentos réis.

Todos os menores eram obrigados a frequentar a escola de primeiras letras, até saberem ler e escrever e as operações de aritmética. Ainda aprenderia simultaneamente nas oficinas do Arsenal da marinha um ofício:

“Art- 6º Haverá em todos os Arsenais, oficinas de construção naval, de calafetes, de carpintarias, de ferreiro, de serralheiros, de aparelho de velame, de fundição, e de fatura e consertos das máquinas de vapor dos navios da Armada, compreendendo esta as de torneiro ferreiros limadores, caldeiros de cobre e de ferro, de modeladores e de martinete”. (FONSECA, 1986 P. 205)

A realização do estudo da Companhia de Aprendizes de Marinheiros de Mato Grosso, procura mostrar as relações contraditórias que a população livre mantinha em relação a esta instituição militar, uma vez que a instituição poderia ser a única opção de o menor obter o aprendizado de um ofício e o ensino escolar primário.

Para as autoridades provinciais os meninos pobres eram vistos como vagabundos e buscavam medidas, como envia-los para a Companhia de Aprendizes Marinheiros, na tentativa de regenerá-los.

Enviar menores para os Arsenais de Guerra ou da Marinha era uma forma de dar a eles educação escolar e ensino profissional, dessa forma estariam contribuindo para que esses menores não viessem a se tornar mais tarde “pessoas ociosas e afasta-los dos vícios e dos crimes”.

Essa preocupação com os menores é percebida em relatórios dos presidentes de província, que estão sempre chamando a atenção para o cuidado com o que a vida oferece aos meninos.

“É de lamentar a falta de incrementos das instituições, aliás tão úteis e de tanto futuro para os pais, instituições que dão a luz a tantos espíritos que permanecem abismados na sombra da ignorância: pão a quem ele se vê privado e trabalho, em uma idade a mais perigosa da vida quando a ociosidade conduz quase sempre o inexperto a estrada dos crimes e mais tarde as portas de um cárcere”. (APMT, 1865)

A documentação evidencia as representações elaboradas pelas autoridades provinciais em relação aos meninos pobres da província em seus discursos. Para Chartier (1990, p.17) as representações são entendidas como “classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social com categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real”.

A partir dessas classificações e percepções dos grupos é que se traduzem a realidade tal como pensam que é ou como gostariam que fosse, constituindo matrizes de discursos e de práticas diferenciadas. Dessa maneira as representações são construídas por uma coletividade e implicam em exclusões e escolhas, condicionam valores, condutas e comandam atos.

De acordo com Chartier (1990 p.17) As representações não são discursos neutros, elas produzem estratégias e práticas tendentes a impor autoridade, acatamento e mesmo legitimar. Variam segundo a disposição dos grupos ou das classes sociais e são determinadas pelo grupo que a forjam. Ainda, demonstram nessas representações, relações de poder, de concorrência, de lutas onde cada grupo, a se impor, delimita, demonstra seus valores, sua pretensão de domínio.

Para as autoridades provinciais os meninos pobres muitas vezes eram tidos como vagabundos, errantes.

“o ofício de V.S. sob n. 91 e data de 30 de junho último trata de meninos vagabundo que existem no termo de mato Grosso que o respectivo Delegado de Polícia julga poderem ser remetidos pra o Arsenal de Guerra a fim de aprenderem ofício; pedindo me V.S lhe declare, no caso de aprovar esta medida, como deve ser feita a despesa...muito convém que sejam remetidos não para o Arsenal de Guerra onde está quase completo o número de aprendizes menores; mas sim para a Companhia de Aprendizes Marinheiros”. (APMT LIVRO 225 p. 148).

Considerados como vadios esses meninos eram enviados aos Arsenais sem o consentimento dos pais, como aconteceu com Manoel e Sebastião filhos de Clemência Bueno que foram enviados a Companhia de aprendizes Marinheiros como vagabundos.

“Remeto a Vossa Senhoria os menores Manoel de idade de doze anos e Sebastião de onze anos, ambos filhos de Clemência, que sem meios para dar educação a eles, andam vagando e mesmo até tirando as coisas alheias”.(APMT LIVRO 225 P. 148)

As autoridades policiais aprendiam os menores encontrados nas ruas e os enviavam para o Arsenal da Marinha, mesmo quando estavam fazendo algum tipo de trabalho para ajudar no sustento de sua família; como foi o caso de Antônio da Silva Rondon de doze anos, filho de Maria da Silva Rondon que foi enviado para o Arsenal da Marinha enquanto vendia objetos produzidos por sua mãe para ajudá-la no sustento da casa.

“Maria da Silva Rondon, viúva do finado Manoel Quirino Paes, residente na freguesia de São Gonçalo de Pedro 2º, que vive muito pobremente do mesquinho produto de seu trabalho e de suas três filhas que moram juntas e honestamente; tem um filho de idade de doze anos de nome Antônio da Silva Rondon, que lhe ajudava saindo a vender os objetos que fabricam para trazer o alimento desse dia. Do dia 19 para cá, tem a suplicante sofrido muito com a falta deste filho que lhe foi tirado, sendo recrutado para a Companhia de aprendizes marinheiros onde se acha, além disso, o seu maior desgosto, é ver que naquela repartição não há futuro lisonjeiro; porque o homem ali educado apenas pode ser bom marinheiro, o que o seu filho jamais poderá ser por ter a clavícula fraturada do lado direito, como visivelmente se conhece e não pode por isso fazer esforço algum daquele lado. É nestas circunstancias Ex.mo Sr., que a suplicante vem submissa e respeitosamente pedir a V. Ex<sup>a</sup>. Para que se digne por graça especial ou antes por um ato de caridade ordenar que lhe seja restituído o referido seu filho Antônio da Silva Rondon, e quando isso se, ao menos seja lhe transferido da Companhia de Aprendizes Marinheiros para a de Menores do Arsenal de Guerra, porque ali embora a suplicante sinta a falta dos seus serviços, ao menos resta-lhe a consoladora esperança de que com a educação que receber neste estabelecimento pode ficar habilitado para poder ser útil a sua familia e a nação. ”. (APMT LATA 1871C OFICIO)

Percebe-se que a população reagia mostrando rejeição, que pode ser notada através da resistência das mães e dos menores através de pedidos de devolução de seus filhos ou de fugas realizadas pelos menores.

Parte-se da premissa de que a população livre e pobre rejeitava o projeto disciplinar proposto por parte das camadas dirigentes. Percebe-se tal rejeição mediante reclamações de mães contra apreensão de seus filhos através de requerimentos enviados ao presidente de província.

“Clemência Bueno vem respeitosamente perante V. S<sup>a</sup> reclamar a entrega de seus filhos Manoel de 11 anos e Sebastião de 9 anos de idade, que foram violentamente arrancados de seu poder pelo subdelegado de polícia de Santo Antônio do rio abaixo, Antônio Eugenio de Miranda Bulhões e alistados na Companhia de Aprendizes Marinheiros, sob pretexto de vagabundos” (APMT, LATA 1865-A)

Em muitos casos as mães reclamavam a devolução de seus e, provavelmente pela demora no processo para tê-los de volta argumentavam que, no caso de não ser possível a sua liberação, que ao menos fossem enviados a uma instituição mais próxima, como o Arsenal de Guerra que funcionava na Capital.

Havia uma certa resistência por parte de algumas famílias em enviar seus filhos a Companhia de Aprendizes marinheiros, o que dificultava o preenchimento das vagas disponíveis na Companhia.

Devido a essa situação as autoridades províncias estavam sempre alertando as autoridades competentes para que tomassem providencias pois muitos menores eram vistos vagando pelas ruas.

Em 1866 a Companhia de Aprendizes Marinheiros, contava em janeiro com um número de 36 menores matriculados, passando em agosto do mesmo ano para 37, faltando 163 para o preenchimento de estado completo, que deveria ser 200.

Os aprendizes também resistiam às normas disciplinares impostas utilizando-se principalmente das fugas. As fugas ocorriam devido à dura disciplina militar, o que fazia também com que o número de menores alistados fosse abaixo do estabelecido.

“Participo a V.Ex. <sup>a</sup> para levar ao conhecimento da província que o aprendiz marinheiro Lourenço Alves de Abreo capturado pela polícia no dia 13 do corrente, no lugar denominado Jatobá, e recolhido a esta Companhia ontem tem 18 anos de idade, desertou em 20 de março de 1870, e foi recolhido à companhia três anos depois de desertado”. (APMT, LATA 1865 –A)

Os menores que desertassem estavam sujeitos aos castigos previstos no regulamento.

“Art.14 – os que desertarem serão castigados pela maneira por que o Inspeto do Arsenal julgar mais proficuo, tendo sempre em consideração as respectivas idades, e qualidades físicas e morais.” (FONSECA, 1986 P.194)

A vida no Arsenal da Marinha envolvia uma serie de relações sociais envolvendo aprendizes, mestres, professores, marinheiros, escravizados. Essas relações por sua vez geravam conflitos justificavam a necessidade de uma disciplina rígida.

Conforme Volpato (1993) a vida no Arsenal era delimitada pelo campo entre o aceitável e o inaceitável, e demarcavam a fronteira que separava o mundo de sofrimento do arsenal, da vida de privações nos cortiços.

Durante o seu funcionamento a Companhia de Aprendizes marinheiros em Mato Grosso passou por uma série de modificações em seu regulamento, vindo uma dessas alterações acarretar a transferência da mesma para Ladário em 1878.

A transferência da Companhia de Cuiabá para Ladário trouxe como consequência o afastamento dos menores de seus lares, o que veio ampliar a resistência ao alistamento, dos menores e de algumas famílias.

“Apesar da excelência desta instituição, onde pais e tutores encontram um asilo seguro à seus filhos e tutelados, tem havido dificuldade em alcançar-se número necessário para o estado completo da mesma que atualmente conta menores; ao passo que por ai se vêem meninos sem educação nem proteção entregues à patronos menos cuidadosos de sua sorte.... há outras companhias mais antigas e em província mais populares em que persiste a mesma dificuldade. Em todas as províncias onde existem Arsenal de Guerra, e nestas Companhias de menores Aprendizes Artífices, com muita razão os pais, mães e tutores preferem estas às de Aprendizes marinheiros, porque destinam-se estes a um ramo de serviço que mais tarde os afastará da província; e aqueles que educam crescem aprendendo um ofício mecânico e continuam servindo no mesmo arsenal com maior proveito para si e para suas famílias, sem o receio de separação até que chegam a concluir o seu tempo de serviço.”(APMT Livro n.08)

À distância da Companhia, com sua transferência, também é um dos fatores da diminuição do número de menores alistados. Sendo necessário reforçarem a divulgação do oferecimento de um prêmio de cem mil reis criado pelo “decreto n. ° 1591 de 14 de abril de 1855 art. 19” por parte das autoridades aos pais ou responsáveis que apresentassem seus filhos como voluntários para se alistarem na companhia de Aprendizes Marinheiros.

O prêmio de cem mil réis seria destinado ao responsável pelo menor, era um valor nada desprezível e muito tentador. De acordo com Venâncio (1988), a quantia

representava aproximadamente 20% do preço de um escravo adulto ou que permitiria a compra de duas ou mais crianças escravas.

Esse era um poderoso estímulo para que a Companhia prosperasse, tanto que em maio de 1875, o número de menores era de 136. Apesar desse prêmio tentador, algumas famílias ainda resistiam não alistando seus filhos ou dando preferência ao Arsenal de Guerra.

É possível observar através dos documentos sobre a Companhia de Aprendizes marinheiros, a experiência das autoridades em disciplinar a população livre e pobre por meio da educação para o trabalho.

Essa tentativa de disciplinarização ocorreu de forma contraditória. A população a quem o ensino escolar e o de um ofício eram destinados, mostravam rejeição ao projeto disciplinar. As autoridades reclamavam dos pais que preferiam ver seus filhos entregues à própria sorte, do que tê-los na Companhia de Aprendizes Marinheiros. Mas nem toda a população reagia desta forma, os documentos mostram que algumas mães e tutores entregavam os menores como voluntários pra receberem o prêmio, que provavelmente serviria para manter as famílias pobres.

“...Ana Maria Pinto ex-escrava de D. Delfina marques de Fontes, que requereu a este governo pagamento de 100,00 réis, a que diz ter direito por ter oferecido para ser alistado na Companhia de Aprendizes Marinheiro seu filho de nome Pedro Paulo...”. (APMT LIVRO N. 376 P. 57)

Nem por isso podemos afirmar que só eram alistados os menores que as famílias tinham interesse de receber o prêmio.

Neste trabalho foi possível evidenciar as contradições existentes, entre a população livre e pobre em relação à Companhia de Aprendizes Marinheiros, que parecia ser única opção alternativa de ascensão social para os filhos de famílias pobres, e nos abre a possibilidade de realizar outros estudos mais aprofundados para compreendermos melhor todo esse processo de tentativa de regeneração pela educação e trabalho.

## Referencias

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2.ed.Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses dos conhecimentos: evitando confusões. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis. Vozes, 2002. p. 17-36.

CELLARD, A. **A Análise documental**. In Poupart, J. et al. A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. **A cultura no Plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Coimbra: Editora Berthand do Brasil; Rio de Janeiro: Difel, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios manufatureiros em Arsenais, asilos e liceus**. Fórum educacional. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas / IEAE, 3(3) 3-47.

CRUDO, Matilde Araki. **Os aprendizes do Arsenal de Guerra de Mato Grosso: trabalho infantil e educação (1842 - 1899)**. Cuiabá, UFMT, 1999 (tese de doutorado).

DANTAS, Santiago. Dois momentos de Rui Barbosa. Rio de Janeiro. 1949.

FONSECA, Celso Suckow. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro SENAI, 1986.

FRANCO, Luiz Antônio Carvalho. **O ensino técnico industrial federal: das escolas de aprendizes artífices às atuais escolas técnicas federais**. São Paulo

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, Emblemas e Sinais: Morfologia e História**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 281 p.

LAURINDO, Arnaldo. **Cinquenta anos de ensino profissional**. Estado de São Paulo. 1911-1961. SP, Ed. Gráfica Andrioli, 1962.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: ed. Unicamp, 1996.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história da instituições educativas**. Bragança Paulista –SP Ed. Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas**. In: Sousa, Cynthia Pereira de; CATANI,

MARCILIO, Maria Luiza. **Família, mulher, sexualidade e igreja na história do Brasil**. São Paulo, Loyola, 1993.

MARQUES, Renato Neves. **História da marinha do Brasil no Piauí: subsídios**. Teresina: FUNDEC/COMEPI, 2000.

MARQUES, Vera Regina Beltrão; PANDINI, Sílvia. **Crianças trabalhadoras: os aprendizes marinheiros no Paraná oitocentista**. Disponível em:  
URL:<http://www.anped.org.br/24/tp.htm>.

MINAYO, [M.C.de](#) S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. De S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 7ed. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 1997. P. 9-29.

RAGAZZINI, Dário. **Os estudos histórico-educativos e a história da educação**. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs). **História da educação: perspectivas para um intercâmbio internacional**. Campinas: Autores Associados/HISTEDBR, 1998.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. Campinas, SP: Autores Associados, 1995.

SANTOS-FILHO, J. C. **Pesquisa quantitativa versus pesquisa qualitativa: o desafio paradigmático**. In: SANTOS-FILHO, J. C.; GAMBOA, S. S. (Orgs.) **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 5ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 13-19.

SODRÉ, Nelson Weneck. **História Militar no Brasil**. Op. Cit

SILVA, Rosenilda Maria de Castro. **A educação no Espaço militar: uma abordagem**. 2006

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Os aprendizes da guerra**. In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Infância sem destino. O abandono de crianças no Rio de Janeiro no séc. XVIII**. São Paulo, USP/FFLCH, 1988 (dissertação de mestrado).

VOLPATO, Luiza Ricci. **Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888**. Editora Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá-MT 1993.

NAGLE, Jorge. **A Educação na primeira república**. In: **História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano. Sociedade e instituição (1889 - 1930)**. V.2 Rio de Janeiro, Difel, 1978.

PRIORI, Mary Del (org.). **História da infância no Brasil**. São Paulo, Contexto, 1999.

PERARO, Maria Adenir, **Fardas Saias e Batina: a ilegitimidade na Paróquia Senhor Bom Jesus de Cuiabá, 1853-90**. Curitiba 1997.

RAMOS, Fábio Pestana. **A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI**. In **História da Infância no Brasil**. Org. Mary Del Priory. Contexto São Paulo. 1999

**Documentos oficiais**

Documentos avulsos Arquivo Público de Mato Grosso

Latas: 1860 B,1861 A,1865 A,1870 A, 1870 B,1870 C,1870 D,1871 A,1871 C,1873 A.

CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DO GOVERNO PARA A SANTA CASA DA MISERICÓRDIA (1878-1906). LIVRO.

REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA DIRIGIDA PELA PRESIDÊNCIA À REPARTIÇÃO DE POLÍCIA (1872-1875) LIVRO N. ° 264.

REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA PROVINCIAL AOS COMANDOS MILITARES (1866-1871) LIVRO N. ° 230.

REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA OFICIAL DA PRESIDÊNCIA DIRIGIDA AS DIVERSAS AUTORIDADES DO INTERIOR DA PROVÍNCIA (1874-1879) LIVRO N. ° 287.

REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA DA PRESIDÊNCIA COM A POLICIA (1883-1886) LIVRO N. ° 348.

REGISTRO DE CORRESPONDÊNCIA DA PRESIDÊNCIA COM O CHEFE DA POLÍCIA E O COMANDANTE DA COMPANHIA POLICIAL (1886-1891) LIVRO 376.